

Instrução de trabalho nº 8, de 01 de outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E INSTITUI OS MODELOS DE DOCUMENTOS DESTINADOS À AUTUAÇÃO E À APLICAÇÃO DE PENALIDADES NO ÂMBITO DO CISCOAGRO.

Genivaldo Fernandes da Silva, presidente do CISCO – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CARIRI OCIDENTAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º Instituir os procedimentos e metodologias padronizadas a serem adotadas no âmbito dos Serviços de Inspeção Municipal – SIM dos municípios consorciados, sob a coordenação do CiscoAgro, com o objetivo de garantir a uniformidade, o controle, a rastreabilidade das ações e documentos produzidos.

Parágrafo único. As Instruções de Trabalho (IT) editadas no âmbito desta norma têm por finalidade orientar tecnicamente as atividades dos Serviços de Inspeção Municipal, assegurando a padronização operacional e a observância da legislação sanitária vigente.

Art. 2º Os casos omissos e as situações não previstas nesta Instrução de Trabalho serão analisados e deliberados pela Coordenação do CiscoAgro, responsável pela atualização e padronização dos manuais, instruções e procedimentos aplicáveis aos Serviços de Inspeção Municipal consorciados, respeitadas as competências e a autonomia administrativa de cada município integrante.

Art. 3º Esta Instrução de Trabalho entra em vigor na data de sua publicação.

Sumé - PB, 01 de outubro de 2026.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Genivaldo", is written over the printed name and title.

GENIVALDO FERNANDES DA SILVA
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

AUTOS E TERMOS DE SANÇÕES E PENALIDADES

1. DOCUMENTO REFERÊNCIA

Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 - Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências;

Lei nº 9784 de Janeiro de 1999, Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017 – RIISPOA;

DECRETO Nº 10.468, DE 18 DE AGOSTO DE 2020 – RIISPOA atualizado.

2. OBJETIVO

Estabelecer procedimento operacional padrão que possibilite regulamentar as penalidades que serão aplicadas quando da ocorrência de infrações pelos estabelecimentos, e definir modelos de documentos de autuação e aplicações de penalidades.

3. APLICAÇÃO

Aplica – se a todos os estabelecimentos registrados no SIM, responsáveis do SIM e Assessores Jurídicos, Secretários de Agricultura de Prefeitos dos Municípios conveniados.

4. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

As infrações à legislação de produtos de origem animal serão apuradas por meio de processo administrativo, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis.

Constatada uma infração, deverá ser lavrado o Auto de Infração pelo Médico-Veterinário do SIM responsável pela fiscalização. O documento deverá descrever a irregularidade constatada, indicar o dispositivo legal infringido e estabelecer o prazo para

apresentação de defesa.

O autuado deverá ser formalmente cientificado da autuação, podendo apresentar defesa por escrito no prazo de 15 dias, contados da ciência oficial.

Após o encerramento do prazo para defesa, o processo deverá ser instruído e encaminhado para julgamento em primeira instância. Da decisão proferida caberá recurso, no prazo de 10 dias, observadas as disposições da legislação municipal aplicável.

O SIM deverá manter o controle e o histórico das autuações e penalidades aplicadas, registrando, entre outras informações, o número e a data do Auto de Infração, estabelecimento, irregularidade constatada, medida fiscal adotada e, quando aplicável, o valor e a situação das multas.

5. DOCUMENTOS DECORRENTES DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO

No âmbito das atividades de inspeção e fiscalização, poderão ser utilizados os seguintes documentos, conforme a natureza da ocorrência e a etapa do processo:

- I - Auto de Apreensão;
- II - Termo de Inutilização;
- III - Termo de Colheita de Amostra;
- IV - Auto de Fiel Depositário;
- V - Termo de doação;
- VI - Auto de Interdição;
- VII - Auto de Infração;
- VIII - Termo de Notificação;
- IX - Termo de Advertência;
- X - Termo de Desinterdição;
- XI - Termo de Revelia;
- XII - Relatório de Instrução para julgamento 1ª instância;
- XIII - Termo de Julgamento em 1ª instância;
- XIV - Termo de Julgamento em 2ª instância.

6. HISTÓRICO

Deverá conter todas as alterações sucessivas realizadas no documento, sendo preenchido a cada modificação: a versão, a data, a página e a natureza da mudança.

VERSÃO	DATA	PÁGINAS	NATUREZA DA MUDANÇA
01	01/03/2024	20	Criação do Documento
02	01/10/2026	17	Atualização

7. ANEXOS

ANEXO 01

AUTO DE APREENSÃO Nº XXX/ANO

ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

Razão Social:		
CNPJ:		
SIM:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:

No(s) dia(s) _____ do mês de _____ do ano de _____, no município de _____/PB, eu, _____, Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal, presentes as testemunhas abaixo assinadas, apreendi do estabelecimento _____, localizado no endereço _____ o(s) produto(s) listados a seguir, por ter infringido o disposto na Lei nº _____, e no Decreto nº _____, pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	Nº REGISTRO	QUANTIDADE

A Liberação do(s) produto(s) fica condicionada a: _____.

O(s) produto(s) fica(m) sob custódia do Serviço de Inspeção Municipal, não podendo ser comercializado(s), transferido(s) ou devolvido(s), até posterior deliberação. Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Apreensão, em três vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

Em _____ de _____ de _____.

Autuante

Autuado

Testemunhas:

RG: _____
CPF: _____

RG: _____
CPF: _____

ANEXO 02

TERMO DE INUTILIZAÇÃO Nº XXX/ANO

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ do ano de _____, no município de _____-PB, eu Médico Veterinário, abaixo assinado, representando o Serviço de Inspeção Municipal, em obediência à Lei nº _____, regulamentada pelo Decreto nº _____, determinei a INUTILIZAÇÃO do(s) produto(s) listados abaixo, apreendido(s) e condenado(s) em ____/____/_____, conforme Auto(s) de Apreensão(ões) _____.

Seguem relacionados abaixo os produtos e respectivas quantidades a serem inutilizados:

Estes produtos foram inutilizados no estabelecimento _____, de CNPJ _____, situado(a) à _____ (endereço completo).

Para constar, lavrei o presente Termo de Inutilização em três vias dando cópia ao responsável pelo local da inutilização, para os devidos fins.

(Assinatura e carimbo do servidor do SIM)

Nome do Autuado
CPF

Nome da testemunha
CPF

Nome da testemunha
CPF

ANEXO 03

TERMO DE COLHEITA DE AMOSTRAS N° XXX/ ANO

ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

Razão Social:		
CNPJ:		
SIM:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ do ano de _____, no município de _____ - PB, eu, _____, Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° _____, regulamentada pelo Decreto n° _____, e Lei n° 7.880/80, com fundamento no Art. _____ do Decreto n° _____, colhi para fins de análises laboratoriais, amostras dos produtos relacionados abaixo, junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado:

Produto	N° Registro do produto	Marca	Quantidade	Fabricação	N° da SOA*

* Solicitação Oficial de Análise

N° da SOA	Lacre Amostra	Lacre Contraprova SIM	Lacre Contraprova Empresa

Natureza da análise		
() fiscalizatória	() monitoramento	() controle interno

Código das análises requeridas

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ____/____/____

Assinatura do Responsável pela colheita: _____
(nome, cargo)

Assinatura do Interessado: _____
(nome e documento)

ANEXO 04

AUTO DE FIEL DEPOSITÁRIO Nº XXX/ANO

A empresa _____, estabelecida
à _____, no município de _____-PB, ficará
como FIEL DEPOSITÁRIA do(s) produto(s) _____

num total de _____, por ter sido o mesmo apreendido pelo Serviço
de Inspeção Municipal, com embasamento legal em _____.

O produto apreendido ficará à disposição do Serviço de Inspeção Municipal, que lhe
dará a destino conveniente.

Assinatura e carimbo do Médico Veterinário responsável

Ciente em:/...../.....

Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO 05

TERMO DE DOAÇÃO

No(s) dia(s) _____ do mês de _____ do ano de _____, a empresa _____ estabelecida à _____ no município de _____ – PB, foi procedida pelo Serviço de Inspeção Municipal, em conformidade com o(s) Artigo(s) _____ do Decreto municipal nº _____ e da Lei nº _____, onde teve produtos apreendidos que devem ser doados à entidade _____, do município de _____ – PB. Sendo doados os seguintes produtos:

_____ (especificar produtos e quantidade)

Assinatura e carimbo do Médico Veterinário responsável

Ciente em ____/____/____

Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO 07

AUTO DE INTERDIÇÃO Nº XXX/ ANO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:		
CNPJ:		
SIM:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, nesta cidade de _____-PB eu, _____ Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal, presente as testemunhas abaixo-assinadas, com base na Lei Municipal nº _____, regulamentada pelo Decreto Municipal nº _____, procedo a interdição (total ou parcial) do estabelecimento _____ (razão social).

Devido a _____

_____, para efetivação de medidas sanitárias previstas nas supracitadas leis.

Tendo em vista o disposto no(s) artigo(s) _____

(mencionar leis e decretos) e, para constar, lavrei o presente Auto em duas vias.

_____-PB, ____/____/____

Testemunha

Autoridade autuante (carimbo e assinatura)

Testemunha

Assinatura do autuado

ANEXO 08

AUTO DE INFRAÇÃO Nº XXX/ ANO

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

Razão Social:	
CNPJ:	
SIM:	Município/UF:
Endereço:	CEP:

No(s) dia(s) _____ do mês de _____ do ano de _____, as _____ horas, no município de _____-PB, eu, _____, Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal, presentes as testemunhas abaixo assinadas, constatei a(s) seguinte(s) infração(ões),

de que trata a Lei nº _____, regulamentada pelo Decreto nº _____

A(s) infração(ões) acima relatada(s) poderá(ão) acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções: \, multa de 1 a 100% do valor máximo previsto em Lei, apreensão ou condenação, suspensão de atividade, interdição total ou parcial do estabelecimento, cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, conforme Art. _____ do Decreto nº _____.

Fica o(a) infrator(a) cientificado(a) de que poderá apresentar defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, protocolizando no Serviço de Inspeção Municipal onde ocorreu a infração, no prazo previsto no Art. _____ do Decreto nº _____, sob pena do processo tramitar à revelia do(a) autuado(a).

Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Infração, em duas vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

Em _____ de _____ de _____

Assinatura do Autuante: _____
(nome, cargo)

Assinatura do Autuado: _____
(nome e documento)

Testemunhas:

(nome e documento)

(nome e documento)

ANEXO 09

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº XXX/ANO

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, eu abaixo assinado, Médico Veterinário do Serviço de Inspeção do município de _____ - PB e no cumprimento da Lei Municipal nº _____ regulamentada pelo Decreto nº _____, NOTIFIQUEI, o estabelecimento _____ CNPJ _____, Responsável Legal _____, CPF _____, Estabelecido a _____, no Município de _____ - Paraíba.

Fiscalizando o estabelecimento foi detectado:

Solicito que no prazo de _____ (dias) atenda a notificação. Vale salientar que o não cumprimento deste prazo, serão aplicadas as sanções legais, conforme legislação vigente.

(local) _____-PB, em ____/____/____

TESTEMUNHAS

CPF: _____

CPF: _____

AUTUADO

AUTUANTE

ANEXO 10

TERMO DE DESINTERDIÇÃO N° XXX/ANO

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

Razão Social:	
CNPJ:	
SIM:	Município/UF:
Endereço:	CEP:

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, nesta cidade de _____ eu, _____ Médico Veterinário do Serviço de Inspeção, presente as testemunhas abaixo-assinadas, com base na Lei Municipal nº _____, Decreto Municipal nº _____, tendo em vista o disposto no(s) artigo(s) _____, procedo a desinterdição do estabelecimento _____ Devido a _____

(descrição das ações realizadas para atendimento das exigências que motivaram a interdição), atendendo a(s) exigência(s) descrita(s) no Termo de Interdição referido.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ____/____/____

Assinatura do Responsável pela desinterdição: _____
(nome, cargo)

Assinatura do Interessado: _____
(nome e CPF)

ANEXO 11

TERMO DE REVELIA Nº. XXX/ANO

Processo nº:

Auto de Infração nº:

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

Razão Social:	
CNPJ:	
SIM:	Município/UF:
Endereço:	CEP:
Responsável Legal:	CPF:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA DEFESA: ____/____/____

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____ declaro revel o representante legal do estabelecimento supra citado, qualificado nos autos, considerando que o mesmo foi regularmente intimado e notificado e deixou de apresentar defesa no prazo legal, nos termos da Lei Municipal nº _____ regulamentada pelo Decreto Municipal nº _____.

_____-PB, ____/____/____.

Serviço de Inspeção Municipal

ANEXO 12

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PARA JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA

1. Processo nº:			
2. Razão Social ou Nome do Interessado:			
3. Localização			
4. SIM:			
5. Assunto: Auto de Infração N°			
6. Dos fatos: O auto de Infração fora lavrado em xx/xx/xxxx pelo Médico Veterinário Oficial xxxxxxxx contra a interessada pela constatação de "transcrição das irregularidades conforme Auto de Infração". A ciência da autuada fora registrada em xx/xx/xxxx, por meio de assinatura do Auto de Infração / por meio do recebimento pelo Correlato, conforme Aviso de Recebimento. Na oportunidade, também foram lavrados os documentos (citar outros termos emitidos, por exemplo, Termo de Apreensão...)			
7. Base Legal/Artigos Infringidos: Artigo xx, do Regulamento Municipal da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto N° xxxxx/xx.			
8. Histórico do autuado: A autuada é (reincidente ou primária), conforme consulta ao histórico de infrações anexado ao presente processo.			
9. Da defesa: A interessada apresentou defesa no dia xxxxx, atendendo o prazo estabelecido no artigo xx da Lei N° xxx/xx, portanto considerada tempestiva, e argumenta que			
OU A interessada apresentou defesa no dia xxxxx, tendo ultrapassado o prazo estabelecido no artigo xx da Lei N° xxx/xx, portanto é considerada intempestiva			
OU A interessada não apresentou defesa, sendo considerada revel, conforme Termo de Revelia (n° xxxxxx).			
10. Do mérito:			
11. Conclusão:			
12. Proposição da sanção:			
Artigo xxx do DECRETO:	Classificação da Infração (Art. XX)	Infração	Valor da Multa:
Inciso xxx	Leve Moderada Grave Gravíssima	Descrição da Infração conforme Auto de Infração	X% do valor máximo = R\$xxxx
Inciso xxx	Leve Moderada Grave Gravíssima	Descrição da Infração conforme Auto de Infração	X% do valor máximo = R\$xxxx
		Total:	R\$ (soma dos valores)
13. Local e Data: munic/pla/PB, xx de de 20xx.			
Assinatura do Médico Veterinário Relator: xxx			

ANEXO 13

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Nº 000/202X – SIM/SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA...**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: xxxxxxxxxxxxxxxx

Razão Social: xxxxxx
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx
Responsável Legal: xxxxxxxxxxxx
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx
Registro SIM: xxxxxxxx
Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, PARAIBA
CEP: xxxxx
Telefone: xxxxxxxxxxxxxxxx

Prezado Responsável Legal,

Fica vossa senhoria notificada que o Secretário Municipal de Agricultura, autoridade competente desta autarquia, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, em julgamento do **Auto de Infração nº xxxx** datado de xxxxx, referente ao processo em epígrafe, considerou **PROCEDENTE** o auto de infração supracitado. Como consequência, aplica-se contra a autuada, com base na legislação vigente, a seguinte sanção administrativa:

MULTA no valor de R\$ xxxxx, conforme disposto no inciso xx, do Artigo xx, da Lei nº xxx/xxxx, e na alínea "xx", no inciso xx, do art. Xxx, do Decreto nº xxx/xx.

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, intimando-o a cumprir as exigências no prazo legal ou, em caso de discordância, recorrer à instância superior, no prazo previsto no Art. xxx do Decreto nº xxx/xxx.

Em caso de pagamento, o comprovante de recolhimento da multa deverá ser, **necessariamente**, encaminhado à sede da Secretaria de Agricultura para conhecimento, em atenção ao setor do Serviço de Inspeção Municipal-SIM, ou pelo email xxxxxxxxxxxxxxxx, sob pena de inscrição na dívida ativa e posterior execução judicial.

XXXXX, Paraíba, xxxxxx de 202x.

Secretário Municipal de Agricultura

() Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O autuado recebeu uma cópia deste documento em ____/____/____

Assinatura do Autuado: _____
(nome e documento)

ANEXO 14

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA
SIM/GABINETE DO PREFEITO****PROCESSO ADMINISTRATIVO:** xxxxxxxxxxxxxxxx

Razão Social: xxxxxx
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx
Responsável Legal: xxxxxxxxxxxx
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx
Registro SIM: xxxxxxxx
Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, PARAIBA
CEP: xxxxx
Telefone: xxxxxxxxxxxxxxxx

Prezado Responsável Legal,

Considerando o auto de infração n° XXXX, lavrado em XXXX, referente ao processo em epígrafe, o relatório de instrução, a regularidade dos procedimentos fiscais e tudo o mais que dos autos consta, a autoridade julgadora de segunda instância deste Serviço, XXXXXX, considerou **PROCEDENTE** a autuação e impõe a autuada, a seguinte sanção administrativa:

- Multa no valor de R\$XXXX (XX reais) conforme disposto no Artigo xx, Inciso xx da Lei n° xxx/xx, e Artigo xxx, Inciso xx, alínea xx do Decreto n° xxx/xxxx

Após o recebimento da Notificação do Termo de Julgamento, o(a) notificado(a) deve realizar o pagamento em até xxx(xx dias) e apresentar o respectivo comprovante em até xxx (xxx) dias após o recolhimento da multa, o qual deverá ser protocolado ou encaminhado ao Serviço de Inspeção Municipal na Sede da Secretaria de Agricultura, ou pelo email xxxxxxx, sob pena de inscrição na dívida ativa e posterior execução judicial.

XXXXX, Paraíba, xxxxxx de 202x.

Prefeito(a) Municipal